

GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATIVIDADE SIDERÚRGICA NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA

Walison Silva REIS¹
Jailson de Macedo SOUSA²

1

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de reestruturação do espaço brasileiro a partir da atividade industrial, pensada como instrumento de desenvolvimento e de integração nacional. O trabalho destaca em particular a região amazônica, que a partir de 1950, passou a ser cenário de diversas transformações com a difusão de grandes empreendimentos industriais. O texto tem como recorte o município de Açailândia, que é palco de empreendimentos siderúrgicos desde o início da década de 1980, e aborda em específico os impactos socioespaciais que essa indústria tem provocado em Açailândia.

Palavras Chave: Amazônia. Grandes Projetos Econômicos. Açailândia.

MAJOR PROJECTS AND ECONOMIC RESTRUCTURING OF URBAN SPACE-EASTERN REGIONAL AMAZON: AN ANALYSIS FROM THE STEEL BUSINESS IN THE CITY OF AÇAILÂNDIA

Abstract

This article aims to discuss the restructuring of the Brazilian space from industrial activity, thought of as a tool for development and national integration. The work highlights in particular the Amazon region in 1950 increased to several transformations with the diffusion of large industrial enterprises scenario. The text is to cut the municipality that hosts Açailândia steel enterprises since the early 1980s, and addresses in particular the socio-spatial impacts that the industry has resulted in Açailândia.

Keywords: Amazon. Major Economic Projects. Açailândia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de urbanização difundido no território brasileiro apresenta-se de modo complexo e heterogêneo. Esta complexidade pode ser explicada face os distintos padrões e ritmos de manifestação deste fenômeno nas diferentes porções do território nacional. A este respeito, convém considerar as contribuições de Santos (1996, p.60):

[...] Todas as áreas do país, experimentam um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território [...] A partir dos anos 60, e, sobretudo 70, as mudanças não apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explicam a nova situação.

A complexidade da urbanização brasileira pode e deve ser refletida por meio das contribuições teóricas e práticas realizadas através das ciências sociais, em particular, o conhecimento geográfico. Desse modo, é válido situar realidades específicas e as teorias

¹ Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia - IG/UFU. e-mail: walisonsr@hotmail.com

² Doutorando em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia – IG/UFU. Professor Assistente I da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/CESI. e-mail: geopassargada@gmail.com

construídas com base nas mesmas. Assim, é importante considerar tais aspectos destacando o contexto amazônico, em particular, o recente cenário que envolve o processo de urbanização difundido no município de Açailândia³, localizado na porção da Amazônia Oriental⁴. Antes de expor breve caracterização da urbanização que se manifesta em Açailândia, é importante destacar as especificidades que dão vida e servem para caracterizar a urbanização amazônica.

2

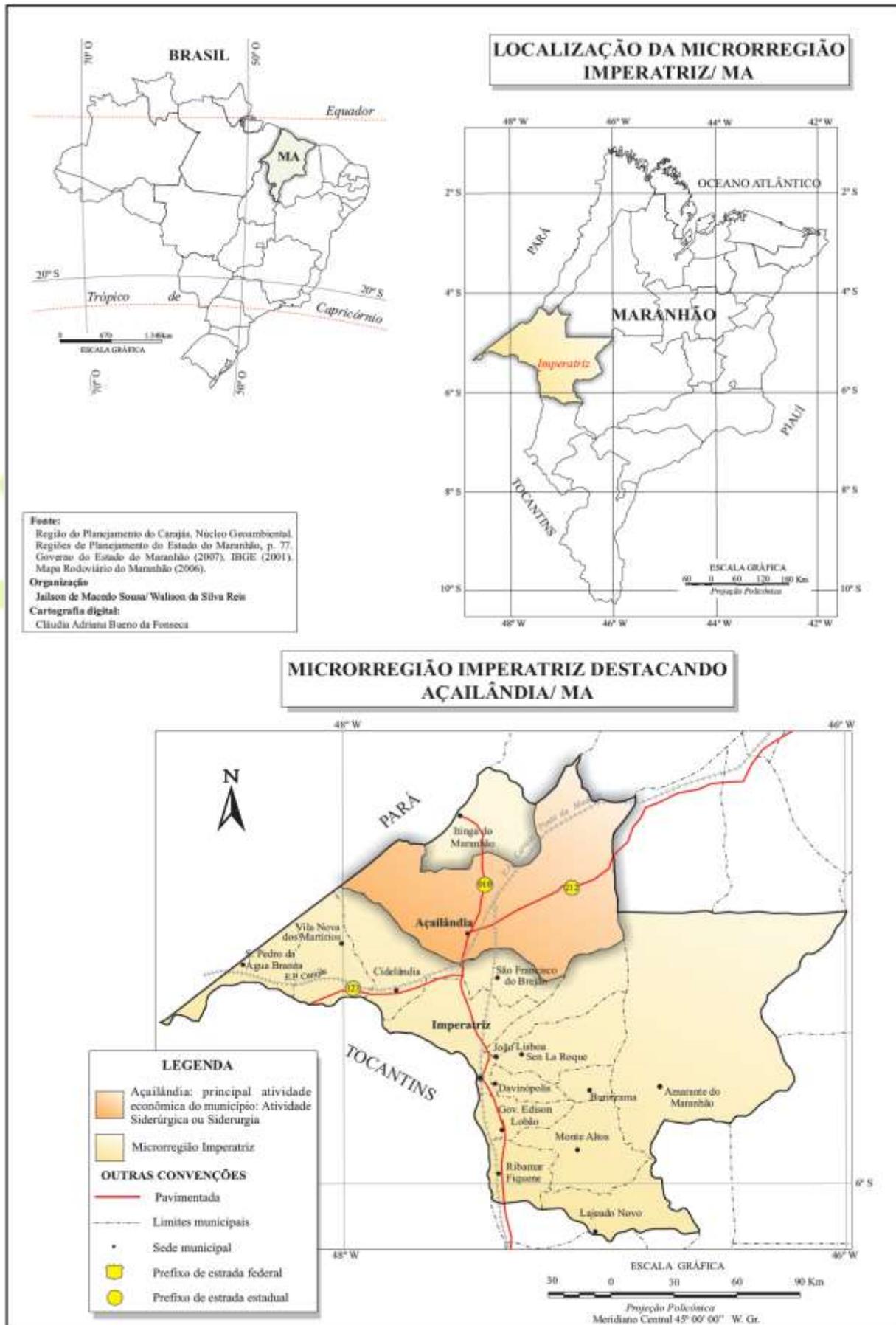
Ao refletir sobre a recente fase da urbanização amazônica, deve-se levar em conta suas peculiaridades. Santos (1996, p. 60), ao referir-se sobre o processo da urbanização no Brasil, afirma que “os diferentes graus ou taxas desse fenômeno devem ser entendidos a partir da maneira como as regiões se inserem, em maior ou menor grau na divisão do trabalho e, como historicamente foram afetadas pela divisão regional do trabalho por meio das ações políticas”.

Antes de ser alvo das políticas de colonização e de desenvolvimento conduzidas pelo Estado após 1950, a região amazônica era reconhecida como “Inferno Verde”, em alusão à predominância da floresta, vista como um espaço inadequado à ocupação humana e à reprodução do capital. Porém, essa percepção é modificada a partir de 1950 quando seus recursos naturais foram referenciados como potencialidades econômicas para o progresso do país. Desde então, a região amazônica passou a ser conotada como a mais nova “fronteira de recursos e de novas oportunidades”, que necessitava ser estruturada através do controle efetivo do Estado e do capital. Sousa (2009), ao refletir sobre esta questão, afirma:

A Amazônia, a partir da década de 1960 passou a figurar no cenário nacional como região de excelentes oportunidades e investimentos. A racionalidade imposta pelo capital através de suas distintas formas de organização fez com que a fronteira incorporasse novas características, novas formas e conteúdos. A Amazônia, nesse sentido, passou a configurar-se como espaço privilegiado para atuação ampliada do capital (SOUSA, 2009, p. 75).

³ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) Açailândia apresenta uma área territorial de 5.806,371/ km² com densidade demográfica de 17,92 habitantes/ km², estando a uma distância da capital maranhense (São Luís) de aproximados 445,2 km. Do ponto de vista demográfico, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) 2010, a população total do município corresponde a 104.047 habitantes.

⁴ A Amazônia Oriental é parte integrante da Amazônia Legal é constituída pelos estados do Amapá, Pará, Tocantins e pela porção ocidental do estado do Maranhão.



Desse modo, o Estado, em consonância com os interesses dos agentes econômicos, implantou várias estratégias de cunho político e econômico que vislumbram sua valorização, tanto em contexto interno como externo, assumindo assim, o status de fronteira econômica.

A Amazônia brasileira é vista a partir de então como um espaço privilegiado para a atuação efetiva do capital nacional e internacional. O Estado passa exercer o papel de comando neste processo de reestruturação regional. Suas ações são compreendidas por Becker (1982) através das estratégias recentes de ocupação e povoamento, a saber: a) Processos de colonização (guiados tanto pelo Estado como também pelo capital privado); b) Redirecionamento de fluxos migratórios (especialmente das regiões deprimidas, sobretudo, do Nordeste para a Amazônia); c) Formação de um mercado de trabalho regional; d) Urbanização (instrumento viabilizador da ocupação efetiva da região).

A respeito desta presença ativa do Estado, cabe destacar a participação de órgãos do governo, em especial a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que promoveram a colonização na Amazônia de forma dirigida e organizada. Estas ocupações conduzidas pelo processo de colonização tinham como objetivo atrair não apenas pessoas de diversas regiões do país para a Amazônia, mas também atrair capitais e investimentos.

As ações voltadas para a ocupação da Amazônia brasileira contribuiu para que a região pudesse conhecer uma intensa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação de terras, tendo a urbanização como o seu pano de fundo. Em vista disso, a região amazônica apresentou a maior taxa de crescimento urbano do país nas últimas décadas, mostrando números superiores àqueles registrados em nível nacional. O censo de 2000 retrata com clareza esse processo, pois quase 70% da população na região Norte passou a se localizar em núcleos urbanos. Ao refletir sobre estas mudanças e as atuais características assumidas pela urbanização no cenário regional, Bertha Becker (2003) destaca:

Primeiro o que chama a atenção é o ritmo galopante do crescimento da população urbana a partir da década de 1960. [...] A urbanização inclui o aparecimento de novas cidades e o crescimento de antigas e a influência dos valores urbanos na população rural. [...] A segunda característica importante é a mudança na estrutura urbana e do povoamento, através da desconcentração dessa urbanização. [...] Entre 1970 e 1980, foram principalmente a imigração e a mobilidade do trabalho os fatores fundamentais do crescimento urbano. [...] Uma das especificidades maiores desse processo de urbanização diz respeito à íntima relação cidade-campo, decorrente da forte mobilidade regional. [...] Outra especificidade da urbanização é a grande variedade de situações quanto ao crescimento, tamanho e estrutura das cidades (p. 654-655).

Outros elementos também têm marcado esta dinâmica regional, corroborando para graves problemas sociais e naturais na região, como o acelerado e desordenado crescimento urbano, que tem gerado uma expansão de áreas periféricas desprovidas de equipamentos urbanos adequados, principalmente de saneamento básico. Há que se registrar também os intensos conflitos sociais decorrentes de interesses distintos dos atores sociais presentes na região. A maior parte desses conflitos envolve comunidades tradicionais, indígenas e caboclas, que são expropriadas dos seus territórios para ceder espaço aos grandes empreendimentos e aos projetos modernizadores difundidos no espaço regional.

O processo recente de ocupação e povoamento da Amazônia brasileira tem sido fortemente marcado pela presença do Estado. Através de suas ações, foi preconizada a meta da integração espacial da Amazônia às demais áreas produtivas do país, fato que se concretizou mediante a criação das redes de integração, sobretudo a construção de rodovias (Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, Transamazônica) com o propósito de interligá-la ao território nacional.

Portanto, a construção das rodovias visando interligar o território brasileiro, especialmente a rodovia Belém-Brasília, constituiu como o primeiro passo de uma efetiva integração da Amazônia ao espaço nacional. Marcando o início da reorientação dos fluxos que antes eram guiados pelas redes fluviais.

AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO CENÁRIO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SEUS SIGNIFICADOS

As ações políticas voltadas para a Amazônia não tinham somente o interesse de integrá-la ao restante do país, havia também intenções econômicas de grupos nacionais e estrangeiros na apropriação dos seus recursos. Becker (1982) destaca que esta recente importância da região tem como lógica:

A valorização dos recursos minerais por capitais nacionais e estrangeiros deu origem a um povoamento concentrado, vinculado a exploração do manganês para exportação (Amapá) e a exploração da cassiterita em Rondônia, inicialmente exportada para São Paulo e hoje também para o exterior. A esses se acrescentará em breve um outro, vinculado a exploração das imensas jazidas de ferro descobertas na serra dos Carajás (Pará), com vistas ao mercado interno (BECKER, 1982, p. 26).

Nessa fase recente de ocupação da Amazônia, os discursos políticos se camuflavam nas ideias de que a Amazônia como um imenso espaço desocupado, representava um problema para a segurança nacional, visto que estava suscetível a ações de estranhos em razão

de ser uma área fronteiriça. O discurso de segurança nacional tornou-se um dos elementos imperativos para a sua ocupação. Problemas relacionados aos conflitos de terras no Nordeste correspondem a outro elemento motivador para a ocupação da Amazônia. Segundo Bertha Becker (1982):

A periferia da fronteira assume assim, na década de 1970, prioridade para a ação governamental nos setores econômicos, social e segurança. Para a Amazônia que deverão ser redistribuídos os excedentes demográficos nordestinos, permitindo simultaneamente aliviar as tensões da periferia deprimida, conter a migração para o “centro”, que já mostrava indícios de saturação, criar condições para novos investimentos do “centro” e garantir a soberania nacional na área (BECKER, 1982, p. 29).

6

Portanto, foi elaborada a estratégia de que a pressão demográfica da região Nordeste seria resolvida com a transferência de pessoas para a região amazônica, que necessitava ser povoada de caráter urgente, visto que era tida como um espaço “vazio”. No bojo destas estratégias há que ressaltar um conjunto de ações políticas que foram lançadas na Amazônia conforme pode-se observar no quadro que segue abaixo.

Quadro 01: Estratégias Recentes de Ocupação e Povoamento da Amazônia (1950/1990)

ANO	PROGRAMA/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	Elaborar planejamento quinquenais visando a valorização econômica da região.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR/010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.
1966	SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a Amazônia Ocidental mediante a criação de um centro industrial com isenção de impostos
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expansão da rede rodoviária e implementação de projetos de colonização em áreas da SUDAM/SUDENE.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada em grande escala, recursos minerais e agrofloretais na Amazônia.
1985	PCN – Projeto Calha Norte	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas, produtos e serviços e assistir os índios.
1988	PROJETO 2010 – Ministério de Minas e Energia	Implantar rede hidrelétrica para desenvolvimento industrial da região Amazônia.

Fonte: Jailson de Macedo Sousa (2011)

As estratégias mencionadas são entendidas como forças propulsoras para um processo acelerado de ocupação e desenvolvimento na região. No entanto, o que estava nas entrelinhas na meta da integração da Amazônia, era a constituição e unificação do mercado nacional que seria consolidado por meio da atividade industrial. É nesse contexto que novas cidades são criadas ou reestruturadas para servir de suporte aos grandes empreendimentos agroindustriais, energéticos, industriais e urbanos. Nessa direção, Trindade Júnior (2011) afirma:

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades confirmam o perfil de uma nova estrutura produtiva, do mercado de trabalho e da importância política desses núcleos urbanos na Amazônia, o que implica, necessariamente, na ruptura de antigos padrões de organização espacial. Isso ocorre pelo caráter disseminado e pulverizado em que ocorrem os investimentos econômicos e as ações governamentais na região com a abertura da fronteira econômica desde a segunda metade do século XX. (TRINDADE JÚNIOR, 2011, p. 12).

As cidades na região amazônica são atualmente espaços de grande convergência de fixos e fluxos, apresentando funcionalidades e papéis específicos dentro da rede urbana regional. Este papel específico exercido por algumas cidades a que nos referimos aqui, trata-se daquilo que, dentro da hierarquia urbana, alguns estudiosos convencionaram denominar de “cidades médias”. Tal abordagem aqui é delineada a partir dos estudos desenvolvidos por Spósito (2000, p. 44), o qual afirma que as cidades médias são classificadas a partir “da definição de seus papéis no cenário regional e ao seu potencial de comunicação e articulação propiciado por suas situações geográficas”. Ao considerar as funções exercidas pelas cidades médias no cenário regional, destacamos a cidade de Açailândia, objeto de discussão deste trabalho.

Outro elemento que marca a dinâmica regional recente da Amazônia a partir da sua inclusão no rol da atividade industrial é o seu caráter de insustentabilidade socioambiental. A intensidade e a generalização da ausência de condições adequadas para o desenvolvimento digno e saudável da vida humana representam uma especificidade da região amazônica. A insustentabilidade decorre da forma acelerada e desordenada do crescimento urbano e da forte gama de imigrantes, que tornaram as cidades incapazes de oferecer uma infraestrutura urbana salutar, implicando, desse modo, na deterioração do meio ambiente.

Outra questão são as alterações de um conjunto de ações e relações até então existentes na região que estavam direcionadas para uma cultura extrativista e um modo de

vida voltado para o rio (tempo lento), e que agora tem passado para uma vivência da estrada, da rapidez, ao espaço da circulação mais fluída – ao tempo rápido.

É válido destacar também as condições de trabalho degradantes e aviltantes impostas aos trabalhadores, sendo considerado análogo ao trabalho escravo. Essa realidade é visível na região amazônica, em razão das frequentes intervenções da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho diante dos casos de denúncias de trabalho escravo envolvendo a região. Diante dessas situações, torna-se questionável a forma como o “desenvolvimento” vem se construindo na região amazônica desde 1950.

Os programas e projetos instituídos a partir de 1950 revelam os conteúdos desta modernização. No entanto, é necessário indagar sobre os reais significados desta dimensão da modernidade que é pensada e executada no cenário regional amazônico. Sobre este caráter modernizador e todos os instrumentos modernos instituídos no território nacional, Santos (1996) comenta:

[...] A modernização do País e do seu território não é apenas uma preocupação do próprio país, mas tarefa de interesse mundial, embora seja a sociedade nacional que deva arcar com esse ônus. O equipamento do território nacional é frequentemente financiado com a conjugação de recursos nacionais e de recursos externos, na forma de empréstimos multilaterais. O Banco Mundial atento às preocupações de inserção do País na nova ordem econômica mundial foi um desses financiadores de fundo. Essa é talvez, uma das razões pelas quais a dívida externa brasileira, que fora de 3,1 bilhões de dólares e de 21,2 bilhões em 1975, passa a 81,3 bilhões em 1983 e a 105 bilhões em 1989 (SANTOS, 1996, p. 117).

Os discursos que orientam o processo de modernização do território brasileiro têm se propagado para os distintos subespaços do país, não sendo diferente na recente organização do espaço amazônico. Porém, essa modernidade e os instrumentos modernos que os guiam têm se mostrado como ambivalentes e incompletos. Nessa direção, Martins (2008) afirma:

A modernidade não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria da globalização, dos que têm sede e não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e ao mesmo tempo, apenas aparece ser para todos (MARTINS, 2008, p. 19).

Portanto, o caráter de contraditório e de incompleto que move a modernidade que se constrói na Amazônia deve-se por não atingir e nem envolver toda a sociedade, ficando

grandes parcelas à margem desse processo⁵. Essas ações pautadas nos discursos de modernização do território nacional, particularmente na região amazônica, não ocorreram de forma aleatória e nem difusa. Elas ocorreram em certos pontos, por meio dos chamados *polos de crescimento*⁶, formados a partir de uma ou mais atividades produtivas. Tais polos tinham como lógica a dispersão do crescimento para o seu entorno. Martins (1993), em seus estudos, ressalta os polos ou projetos industriais como exemplos significativos desta dinâmica.

Os grandes projetos industriais contribuíram decisivamente para despertar o demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra, que põe em questão mais do que esses projetos põem em questão o direito de propriedade (tal como esta formulado, em função dos interesses do grande capital rentista e especulativo) e as relações de poder, que os grandes projetos são corrosivos (MARTINS, 1993, p. 82).

Observa-se então que a modernidade edificada na Amazônia apresenta um sentido antagônico, por ser construída em detrimento daqueles que se encontram subjugados. A região Amazônica, considerada como a mais recente fronteira⁷ econômica, é um recorte espacial em que a modernidade vem se manifestando por meio dos conflitos. Por essa razão, questionar o significado dos efeitos desta modernização se mostra relevante para compreender as mudanças corroboradas por ela.

MUTAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL E SEUS REFLEXOS NA REALIDADE DE AÇAILÂNDIA

No bojo desta dinâmica, foi criado em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agromineral da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), que previa a criação de 15 polos de desenvolvimento, cada um especializado em uma atividade produtiva. Empresas estatais e privadas difundiram importantes papéis no Poloamazônia, desenvolvendo projetos na área industrial com ênfase no setor minero-metalúrgico, pois para o governo, o desenvolvimento da Amazônia só seria possível mediante a implantação de grandes projetos industriais.

Conforme o Decreto nº 74.607, seriam instituídos os seguintes polos de desenvolvimento: Xingú-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-

⁵ Os estudiosos Vainer & Araújo (1993) fornecem significativas colaborações acerca dos grandes empreendimentos instalados na região amazônica e os efeitos socioespaciais gerados.

⁶ Bertha Becker (1982); (2005) oferece importantes contribuições acerca dos polos de crescimento na Amazônia.

⁷ O que há de sociologicamente mais relevante para definir a fronteira no Brasil é justamente, a situação de conflito social. [...] A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como índios de um lado e os civilizados de outro: como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro (MARTINS, 2008, 150-151).

Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Jurena, Ariapuanã e Marajó. Com esses polos, o governo iria canalizar incentivos fiscais e implantar infraestruturas que pudessem atrair investimentos de natureza privada.

Esse modelo de “desenvolvimento” considerava as estruturas sociais e econômicas preexistentes como atrasadas, sendo incapazes de impulsionar processos de desenvolvimento. Só através de instrumentos modernos, pautados na difusão da atividade industrial, é que a região poderia se desenvolver. É diante desse cenário que é criado o município de Açailândia, em 1981. A instalação de um polo siderúrgico no Maranhão, na década de 1980, representou, segundo os discursos oficiais (Estado e capital), o progresso a esta região. A este respeito, Loiola (2005) enfatiza:

O desenvolvimento das áreas amazônicas situadas no Estado do Maranhão deveria estar vinculado às estratégias de instalação e modernização de empreendimentos industriais, que por sua vez, possibilitariam o surgimento de uma série de atividades novas, com a dinamização das existentes, que demandariam o aumento expressivo da mão de obra, de serviços e vínculos comerciais urbanos, os quais provocariam uma sensível mudança na estrutura tradicional do sistema produtivo vigente, com profundas repercussões sociais e econômicas (LOIOLA, 2005, p. 27).

Ao considerar este contexto, foram instaladas cinco usinas de atividades siderúrgicas no município de Açailândia: Ferro Gusa do Maranhão S/A, FERGUMAR, Viena Siderúrgica & Cia, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (COVAP), Gusa Nordeste e Siderúrgica do Maranhão - S/A (SIMASA), entendidas como independentes por atuarem somente no estágio de fabricação do ferro-gusa, que é uma etapa intermediária na fabricação do aço.

Os discursos políticos e econômicos propagados para a região vislumbram o progresso contínuo sem as devidas preocupações com a degradação ambiental e aos conflitos sociais. Segundo Loiola (2005), as políticas de desenvolvimento não levaram em conta as especificidades, potencialidades e os limites sociais e ambientais da região.

Ademais, a instalação do polo siderúrgico em Açailândia não trouxe uma cadeia de resultados satisfatórios. O que se tem observado são relações incapazes de esboçar configurações dinâmicas que possam estabelecer processos de desenvolvimento de base local e regional, fato que contradiz as propostas políticas de desenvolvimento com a implantação desses empreendimentos.

No entanto, é em decorrência das atividades associadas à produção extrativa mineral e vegetal que o município de Açailândia tem se destacado no contexto regional em relação à dinâmica econômica estadual, contando com produto interno bruto de 1.767.453 milhões de reais, o que representa, em termos percentuais, uma participação estadual em torno de 4,59%.

Esta dinâmica tem revelado que a maior participação econômica de Açailândia está associada à produção industrial (indústria de transformação), contando, em sentido bruto, com PIB (2008) de 558.155 milhões de reais, o que representa, em termos relativos, uma participação de 3,73% do valor agregado do setor industrial em nível estadual. Entre os principais produtos associados ao PIB, destacam-se aqueles ligados à transformação do ferro-gusa, que é comandado por empresas endógenas e exógenas. Os dados que seguem demonstram a evolução do PIB industrial de Açailândia no cenário estadual entre os anos de 2005 a 2009.

11

Quadro 02: Evolução do PIB industrial dos cinco principais municípios do Maranhão 2005 – 2009

PIB INDUSTRIAL 2005/2009					
MUNICIPIOS	2005	2006	2007	2008	2009
SÃO LUIS	1.996.157	2.546.926	2.473.317	2.942.216	2.661.428
AÇAILÂNDIA	380.101	498.181	528.168	558.150	314.248
IMPERATRIZ	165.006	195.702	233.451	267.030	266.880
BALSAS	52.192	195.702	59.787	59.226	87.149
CAXIAS	141.046	212.839	215.927	172.215	165.035
MARANHÃO	3.929.361	5.031.801	5.058.847	5.838.417	5.536.844

Fonte: IMESC (2009)

Os dados apresentados colocam o município de Açailândia como a segunda maior economia industrial do estado, representando, para as autoridades políticas e para a maioria da população, algo a ser comemorado, pois demonstra que o município está em progresso. No entanto, as receitas oriundas dos projetos industriais desenvolvidos em Açailândia, fazem parte de uma Rede de Produção Global (RPG), fato que corresponde a uma situação de vulnerabilidade, uma vez que a produção das usinas siderúrgicas está voltada para o exterior. Assim, qualquer oscilação/crise no mercado externo atinge diretamente a economia local/regional, como foi o caso da crise de 2008. A este respeito, Carneiro e Ramalho (2013, p.8) comenta:

A retração na atividade econômica norte-americana, provocada pela “crise das hipotecas subprime” (HARVEY, 2011), afetou diretamente a produção de ferro-gusa na Amazônia Oriental. O resultado imediato foi o corte de postos de trabalho, o rebaixamento salarial e a redução das atividades produtivas, mesmo nas firmas que tinham acumulado lucros nos anos anteriores.

O ano de 2008 foi um período de crescimento econômico, resultado das transações do ano anterior e, ao mesmo tempo de retração. A crise de 2008 representou um elemento motivador de reflexão acerca da vulnerabilidade da ligação das usinas siderúrgicas com o mercado externo, como também a incapacidade da atividade siderúrgica não ter criado maiores vínculos com a economia local e regional.

Após duas décadas de instalação das plantas industriais em torno do setor de produção de ferro-gusa, não se constata um efeito multiplicador de desdobramentos – geração de novas atividades produtivas ou o incremento das atividades preexistentes. Tem-se observado é que os desdobramentos da produção de ferro-gusa em Açailândia foram, em sua maioria, degradantes no âmbito social e ambiental.

Favelização, encortiçamento, periferização, marginalização social, constituem realidades bem visíveis em Açailândia, fruto da siderurgia. Pessoas que se encontram em tal situação, na sua grande maioria, são oriundas de outras localidades e tinham a perspectiva de trabalhar nas usinas. Porém, ao não encontrarem empregos, e sem condições financeiras para residir em espaços considerados saudáveis e seguros, acabaram ocupando espaços inadequados para moradia, sendo considerados como locais de risco, por estarem sujeitos a enchentes e desmoronamento.



Figura 2 e 3: Aspecto da paisagem de Açailândia/Bairro Pequia
Fonte: Walison Silva Reis

São nesses espaços que predominam: o alcoolismo, a venda e o uso de drogas, prostituição e violência. Podemos afirmar que o processo de favelização e de depauperamento em Açailândia é uma questão que exige a presença de políticas públicas, pois se faz cada vez mais presente em Açailândia.

Entre os impactos ambientais derivados da produção de ferro-gusa, podem ser citados: poluição atmosférica pela emissão de gases residuais, poeira gerada no processamento dos

materiais; poluição das águas superficiais e subterrâneas; poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas, por meio do lodo resultante dos sistemas de depuração de gases e tratamento de águas residuais; poluição do solo ou das águas superficiais e subterrâneas, em função da deposição de escórias e resíduos sólidos e poluição sonora, em função das emissões de ruídos que ocorrem em todas as fases do processo de produção.

13

A poluição atmosférica é um dos efeitos mais visíveis, que caracteriza a atuação das usinas siderúrgicas em Açailândia. É perceptível a olhos nus, árvores empoeiradas e casas acinzentadas por fuligem de ferro. Essa poluição constitui uma das principais reivindicações da população local às empresas e ao poder público, em virtude das patologias geradas. Coceiras, problemas respiratórios, problemas de pele, de visão e até casos de câncer, são algumas das doenças provocadas em decorrência da poluição gerada.



Figura 04: Vista da poluição atmosférica no bairro Piquiá
Foto: FIDH, Justiça Global, Justiça nos Trilhos (2005)

Em razão da poluição há um processo de desterritorialização em Açailândia que merece ser reconhecido e discutido. Haesbaert (2007) ao estudar o processo de desterritorialização, destaca três matrizes geradoras desse fenômeno, a matriz econômica, política e cultural.

O autor considera que a desterritorialização é um fenômeno amplo e complexo, ao mesmo tempo de natureza econômica, política e cultural. Porém, consideramos que o processo de desterritorialização manifestado em Açailândia apresenta fortes vinculações com os de ordem econômica. Assim sendo, destacamos como o autor entende essa matriz:

Numa interpretação um pouco mais restrita, a ênfase é dada a um dos momentos do processo de globalização – ou ao mais típico -, aquele chamado capitalismo pós-fordista ou capitalismo de acumulação flexível, flexibilidade esta que seria responsável pelo enfraquecimento das bases territoriais ou, mais amplamente, espaciais, na estruturação geral da economia, em especial na lógica locacional das empresas e no âmbito das relações de trabalho (precarização dos vínculos entre trabalhador e empresa) daí também a proposta de desterritorialização como sinônimo de “deslocalização”, enfatizando o caráter “multifuncional” das empresas, cada vez mais autônomas em relação às condições locais/territoriais de instalação (HAESBAERT, 2007, p. 173 /174).

Entende-se que o processo de desterritorialização está muito ligado às questões de expropriação, precarização e também aos efeitos do capital fictício da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas, entendimento que tem fortes reflexos no cenário de Açailândia.

Compreendemos que o processo de desterritorialização é um fenômeno doloroso, visto que os moradores construíram laços materiais e simbólicos no espaço e que, em razão da siderurgia, tiveram que sair da sua territorialidade; abandonando assim, a sua identidade com o local. Em síntese, a siderurgia tem afetado a saúde, segurança e o bem-estar da população, bem como suas atividades sociais, econômicas e as condições e qualidade dos recursos ambientais, corroborando em consequências negativas e irreversíveis.

Um estudo elaborado no ano de 2010, pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) juntamente com as organizações Justiça Global Brasil e Justiça nos Trilhos, revela que a população de Açailândia, em especial os moradores do Distrito Industrial, vêm tendo suas condições de vida severamente prejudicadas pela emissão de poluentes minero-metalúrgico. Essa situação corresponde, segundo a Federação dos Direitos Humanos (FIDH), como uma violação do direito à saúde e a um ambiente saudável.

Porém, as ações do poder público e dos agentes econômicos representados pelas usinas siderúrgicas para solucionar essas violações do direito à saúde e a um ambiente saudável, são mínimas ou quase nulas. No entanto, é válido ressaltar que é mister o envolvimento de todos os setores da sociedade na exigência do reestabelecimento de um ambiente saudável, da dignidade e da vida das pessoas afetadas pelos efeitos corrosivos da siderurgia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e as discussões formuladas neste estudo resultaram de análises de base teórica e empírica, as quais permitiram compreender as implicações socioespaciais dessa

atividade econômica na cidade de Açailândia e região. O propósito não foi de denegrir ou discriminar essa atividade de lógica produtiva, pelo contrário, a finalidade foi externar/desvelar os efeitos da modernização a partir da difusão de grandes empreendimentos econômicos na região amazônica, tendo como realidade específica o município de Açailândia, em que a atividade siderúrgica é tida como símbolo de geração de progresso.

15

No entanto, esse progresso/modernização de natureza efêmera e frágil se aplica somente ao aumento do PIB – ou seja, no crescimento econômico; crescimento esse, que não é distribuído na promoção do desenvolvimento social. Nesse sentido, consideramos necessário apontar as limitações e as imperfeições que a siderurgia vem produzindo ao longo do seu exercício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha. K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Amazônia: mudanças estruturais e urbanização**. In: Maria F. Gonçalves; Antônio C. F. Galvão. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 74.607 de 1974**. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=203996>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <http://WWW.ibge.gov.br/home/>. Acessado em: 15/03/2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

IMESC – **Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**, 2004-2008.

JUSTIÇA GLOBAL; JUSTIÇA NOS TRILHOS (Org.). **Brasil. Quanto valem os direitos humanos?** Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia. Disponível em: < <http://www.justicanostrilhos.org>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LOIOLA, Edney. **Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento local**: o caso da indústria siderúrgica de Açailândia. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em planejamento do desenvolvimento. Belém, PA: UFPA, 2005.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Revista GeoAmazônia, Belém, n. 2, v. 01, p. 01 - 16, jan./jun. 2014.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1998.

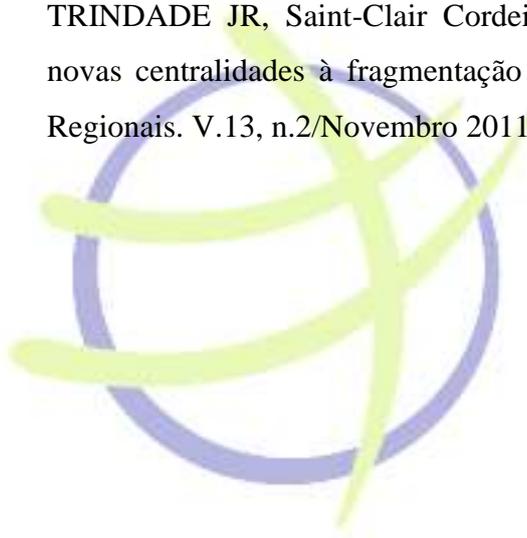
_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROUX, François. **A noção de polo de crescimento.** Recife: SUDENE, 1966.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 3 edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade:** a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e as suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades Médias na Amazônia Oriental:** das novas centralidades à fragmentação do território. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.13, n.2/Novembro 2011.



Artigo Recebido em: 10 de janeiro de 2014.
Artigo Aprovado em: 07 de março de 2014.

PPG GEO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA